

CULTURA POLÍTICA E ESCOLHA RACIONAL NA AMÉRICA LATINA: INTERFACES NOS ESTUDOS DA DEMOCRATIZAÇÃO

PAULO J. KRISCHKE, 1996
PROFESSOR VISITANTE DO DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA,
UFRGS

Esta resenha resulta de uma pesquisa apoiada pelo CNPq (Krischke, 1995b) sobre "Democratização e Cultura Política na América Latina: aspectos teórico-metodológicos", e aborda especificamente, para o caso dos países latino-americanos, certas contribuições ao estudo da democratização derivadas da teoria da escolha racional (denominadas "racionalistas" por Eckstein, 1988, p.789), em comparação com as de outros estudos que mais se aproximam à corrente central das pesquisas sobre cultura política (rotuladas "culturalistas" pelo mesmo autor). O conhecimento convencional na ciência política tem caracterizado estas duas abordagens como mutuamente excludentes (Brian Barry, 1974) e a fundamentação teórica desse debate não será tratada diretamente nesta resenha¹. Contudo, a convergência temática destes estudos, na investigação dos processos de democratização, tem permitido o surgimento de certas interfaces (ou, talvez, mútuas influências?), que se relacionam a fatores circunstanciais, tais como a crescente acumulação de dados, o maior intercâmbio acadêmico internacional, o acesso a recursos de pesquisa mais sofisticados, e principalmente ao desenvolvimento dos próprios processos históricos que se busca interpretar. Parafraçando o título de recente trabalho de Barry Ames (1995b) ("Soft theory, hard evidence"), sobre "Escolha racional no sistema político brasileiro", é possível sugerir que há crescentes evidências práticas de complementação temática entre ambas abordagens aos processos de democratização na América Latina, à espera de futuros trabalhos de sistematização teórica.

A seguir fazemos uma apresentação geral da problemática tratada nesta resenha (Parte I), passando depois a uma discussão das contribuições derivadas da escolha racional (Parte II), e das relacionadas com o "culturalismo" (Parte III), para terminar delineando algumas interfaces emergentes entre ambas abordagens (Parte IV).

I

A área de estudos sobre cultura política na América Latina apresenta grande dinamismo,

Mesmo sem seguir aqui a sua ambiciosa proposta de "reconstrução teórica", tenho presente nesta resenha a advertência epistemológica de Habermas (1987): "(Em última instancia, el único respaldo con que (las teorías acerca de las ciencias) pueden contar es que la teoría reconstructiva resulte capaz de destacar aspectos internos de la historia de la ciencia y de explicar sistemáticamente, en colaboración con análisis de tipo empírico, la historia efectiva de la ciencia, narrativamente documentada, en el contexto de las evoluciones sociales (cfr. la discusión en torno a Kuhn, sobre todo Lakatos, etc.)" (vol. I, p.17).

com muitas pesquisas em desenvolvimento e importantes resultados apresentados em congressos internacionais. (A pesquisa de que deriva esta resenha examinou inicialmente cerca de 150 trabalhos acadêmicos sobre o tema na América Latina, e mais de 200 outros com ele relacionados). (Krischke, 1994a). A exemplo do que ocorre em outras regiões do mundo (nesta época de superação dos «socialismos reais», de crise e reformulação dos «Welfare States», e de processos de democratização institucional em muitos países e regiões do chamado «terceiro mundo»), essas pesquisas buscam constatar em que medida há uma difusão e adesão a valores, convicções e comportamentos democráticos entre segmentos significativos da população -que apoiem a estabilidade ou “consolidação” do regime democrático (ou sua reforma e aperfeiçoamento, no caso dos países centrais do Ocidente).

Esta resenha não pretende examinar, nem sequer mapear, o conjunto dessas pesquisas. Mas focalizar, para o caso dos estudos sobre cultura política na América Latina, aquele que aparece como o aspecto mais saliente e atual dessa literatura: a disjuntiva, e as interfaces emergentes, entre as abordagens “culturalistas” e as centradas na “escolha racional”. Esta seleção se justifica, não apenas pela importância deste debate, entre duas abordagens usualmente consideradas excludentes, mas como ponto de partida para o eventual tratamento de outras linhas de investigação sobre o tema.

Harry Eckstein, na sua argumentação em favor da primeira dessas correntes (1988, p.789) afirmava ser esse “culturalismo plausível de consideração como uma das duas abordagens gerais ainda válidas para a interpretação e a teorização política” - pois “a determinação de qual das duas modalidades de explicação e teoria, a ‘culturalista’ ou a ‘racionalista’, será capaz de oferecer os melhores resultados, pode constituir-se no tema individual mais importante hoje na agenda da ciência política” (Ibid). O caráter defensivo da argumentação (aliás mais agudamente adotado por Almond, 1988), não deixa dúvidas sobre a mútua incompatibilidade suposta pelos principais seguidores dessas abordagens -e consagrada pela revisão fundamental de Brian Barry (1974):

«Si comparamos a Downs, representante de la escuela ‘económica’, con Parsons, representante de la escuela ‘sociológica’, comprobamos que, salvo la tendencia de ambos a tomar distancia respecto a los hechos, se contraponen en todo lo demás. Downs opera con el supuesto psicológico de maximizar utilidades, mientras que Parsons pone mucho mas énfasis en las coerciones normativas y afirma que es imposible comprender la acción, a menos que se la considere en términos de los condicionamientos normativos» (ibid., p.186).

Contudo, certas revisões mais recentes da literatura (p.ex.: Wilson, 1992; Brint, 1991) têm sugerido uma certa complementação entre a abordagem “culturalista” e outras que com ela competem². Isto também se aplica às linhas “racionalistas”, inclusive porque alguns dos culturalistas empíricos (por exemplo: Almond, 1966, p.877) e neocontratualistas filosóficos (por exemplo, Rawls, 1981, p.34-35) não esconderam seu apreço inicial pela abordagem da escolha racional ou, ao menos, por alguma de suas derivações, como as teorias dos jogos e de “public choice”³.

Além disso, as perspectivas dessa interlocução aparecem como uma possibilidade fecunda, nos estudos sobre a transição política, e a eventual consolidação do regime democrático na América Latina (Krischke, 1996). Pois a estabilidade dos regimes pós-autoritários suple o funcionamento

² Brint, por exemplo, propõe que “rather than a critical dialogue being portrayed as an enterprise in which one paradigm or tradition is defeated by a kind of rationality capable of adjudicating between different forms of rationality, it may better be described as a way in which each position, within its own well-defined problematic demonstrates the limits of analysis offered by its rivals” (Brint, 1991, p.123-4).

³ A menção a Rawls deve-se à sua importância para a corrente de estudos sobre “concertação” ou pacto social, que veremos adiante.

de instituições representativas capazes de canalizar as interações estratégicas das elites, e que tais instituições sejam também aceitas pela população, suas crenças, valores e comportamentos. Além disso, as orientações dos públicos massivos têm mudado significativamente durante a transição, supondo-se que devam contribuir decisivamente para a legitimação do novo regime (Moisés, 1995).

Vários estudos iniciais sobre a superação dos regimes autoritários (por exemplo, O'Donnell et al. 1986; Przeworski, 1986) seguiram com êxito a abordagem neo-institucionalista, de análise das interações estratégicas entre as elites, nas "transições pactadas" dos anos 80 na América Latina. E outros estudos têm feito recurso à "interpretação econômica do voto" (Downs, 1957) para entender o comportamento eleitoral do público massivo (por exemplo: O'Donnell, 1991; outros autores têm também encaminhado este enfoque, com qualificações, como Marcus Figueiredo, 1991 e W. Guilherme dos Santos, 1987). Por outra parte, como veremos, têm sido também notadas (por exemplo, Campos, 1992) as vantagens de uma convergência possível entre a "interpretação econômica do voto" no estudo do comportamento eleitoral, e as linhas da chamada "sociologia eleitoral" derivadas de Almond/Verba (1965) para o estudo da cultura política.

Por sua vez, os estudos "culturalistas" têm passado por grande expansão e considerável aperfeiçoamento durante a última década, considerada de "renascimento da cultura política" (Inglehart, 1988) no mundo inteiro. A liberalização dos regimes autoritários na Europa Oriental e no Sudeste da Ásia têm suscitado notáveis desafios à política comparada, que também se aplicam, crescentemente, à América Latina. O futuro dos regimes pós-autoritários (ou seja, a sua "consolidação")⁴ depende, em grande medida, da análise comparativa das transformações culturais que vêm ocorrendo nos processos de legitimação dos novos regimes democratizantes.

Certos estudos neo-institucionalistas ou histórico-institucionais (por exemplo, Schedler, 1992; Geddes, 1995) tratam de examinar as negociações intra-elites à luz das concertações sociais mais amplas, que vinculam os atores e interesses corporativos ao pacto democrático - nesta fase de reajustes estruturais e reconversão produtiva da economia latino-americana. Outros estudos têm focalizado a importância do aprendizado democrático (Bonino e McCoy, 1992; Garretón, 1994) que tornou possível, nos regimes pós-autoritários, a legitimação eleitoral da transição à democracia nos países do Cone Sul - superando assim, certa determinação econômica acerca das "bases sociais da democracia" (Lipset et al. 1993), e estabelecendo a justa autonomia da esfera política nos processos de institucionalização democrática (conforme os argumentos de Remmer, 1990; Bermeo, 1992).

Além disso, os estudos sobre cultura política têm exibido crescente sofisticação metodológica, permitindo-lhes superar certas limitações e dificuldades de generalização, principalmente no âmbito da pesquisa comparativa. A linha de estudos proposta por Inglehart (1977) é um notável exemplo da ousadia da nova abordagem culturalista - neste caso, principalmente com relação às mudanças geracionais, em suas relações com a política local (Clark e Inglehart, 1990) e as subculturas alternativas (Gibbins, 1989; Dalton e Kuechler, 1990). Poucas têm sido as tentativas de focar estes temas no caso da América Latina (por exemplo, Landa, 1994; Baño e Faletto, 1992), mas outras inovações da linha «culturalista» têm sido crescentemente introduzidas em nossa região, como também veremos.

Este trabalho faz, a seguir, uma revisão das abordagens "racionalistas" e "culturalistas" (para seguir usando os termos de Eckstein) no que tange à evolução recente dos estudos sobre cultura política na América Latina. Mas é bom lembrar que esta é apenas uma resenha parcial e

⁴ Seja que for o significado que se atribua a este termo. O'Donnell (1996) levanta séria indagação sobre suas conotações etnocêntricas.

preliminar dos múltiplos desdobramentos havidos nesta área de estudos. E outras abordagens relevantes, que deixamos de tratar nesta ocasião, por razões de espaço e prioridade analítica (como a “histórico-genética”⁵- de Louis Hartz, Howard Wiarda e Robert Moser, entre outros; ou a que enfatiza o “desenvolvimento moral-cognitivo”, na linha de Piaget/Kohlberg/ Habermas) serão apenas mencionadas brevemente, enquanto linhas limítrofes ao tema central desta resenha.

Antes de entrar no tema, cabe aqui uma aproximação preliminar ao conceito de cultura política usualmente adotado na literatura. Almond e Verba (1965) mencionaram dezenas de definições diferentes do termo, e autores distintos chegam, por razões diversas, a considerá-lo como «categoria residual» (Lane, 1992; Chilton, 1990; Welch, 1993)⁶. A concepção pioneira introduzida por Almond/Verba caracteriza a cultura política como «attitudes toward the political system and its various parts, and attitudes toward the role of the self in the system» (1965, p.13) incluindo «orientações cognitivas, afetivas e valorativas». A proposta tem suscitado muita controvérsia, e considerável especificação por parte dos autores⁷, mas serve ao menos como ponto de partida para uma aproximação ao tema nesta resenha. Note-se que, a partir desta definição, as linhas «racionalistas» que veremos a seguir pareceriam centrar atenção em certos aspectos da dimensão cognitiva das orientações sócio-políticas, enquanto as culturalistas (como veremos adiante) focalizariam principalmente a dimensão valorativa ou normativa dessas orientações. No entanto, como salientam os estudiosos do “desenvolvimento moral-cognitivo” (Kohlberg, 1981) a separação entre ambas dimensões é uma questão disputada (ver adiante a nota 24, com um questionamento de Habermas acerca da pesquisa empírica de valores culturais). E, em todo caso, cada interlocutor deste debate tende a abolitizar sua própria conceituação da racionalidade e da cultura - prática aliás inaugurada, nesta área de estudos, pela operacionalização que fizeram Almond/Verba da “omnivorous” abordagem funcionalista das “pattern variables” de Parsons (1951, p.46-51 e 57-8).

II. AS LINHAS “RACIONALISTAS”

Desde que Goodin e Dryzek (1980) lançaram seu desafio a Almond/Verba (1965) e Verba/Nie (1972), ficou demonstrado que era possível apresentar uma versão com base na escolha racional para a análise comparativa da participação política, que superasse as aporias da abordagem “culturalista” (Pateman, 1971), adotando até os mesmos dados e métodos de “survey” utilizados por Verba et al. Em poucas palavras, era possível interpretar esses dados sobre participação à luz da utilidade diferenciada ou “poder relativo” do eleitorado, sem recair “under the spell (...) of social psychologists (who) see subjective efficacy as a mere reflection of an ‘ego strenght’ (... that) bears little relationship to one’s real influence» (Goodin e Dryzek, *ibid.*, p.273)⁸.

⁵ David Bell (1992) diferencia entre as correntes históricas de estudo da cultura política e as que utilizam métodos empíricos de survey.

⁶ Welch (1993, p.67-70), por exemplo, revisa várias abordagens como “variants of a way of looking at political culture that is quite common, namely treating it as a residual category, an ‘explanation’ for variations for which no other explanation can be found”.

⁷ A definição mais recente e completa da abordagem clássica da cultura política está em Almond e Verba (1980, p.143-4): «Political culture theory defines political culture in this four-fold way: (1) It consists of the set of subjective orientations to politics in a national population or subset of a national population. (2) It has cognitive, affective and evaluative components: it includes knowledge and beliefs about political reality, feelings with respect to politics, and commitment to political values. (3) The content of political culture is the result of childhood socialization, education, media exposure, and adult experiences with governmental, social and economic performance. (4) Political culture affects political and governmental structure and performance - constrains it but surely does not determine it. The causal arrows between culture and structure and performance go both ways.»

⁸ O “modelo de participação racional” destes autores tem inclusive a pretensão de superar o culturalista, enquanto “programa de pesquisa em fase degenerativa” (Lakatos, 1970), ao mesmo tempo em que revisa a usual homogeneidade da “interpretação econômica do voto” (Downs, 1957), pois “some people count much more than others”, tendo em vistas a utilidade diferenciada do voto, conforme circunstâncias sócio econômicas e estruturais.

Nos casos específicos dos estudos do comportamento eleitoral as «interpretações econômicas do voto» trazem importante contribuição ao conhecimento da cultura política, inclusive à superação da chamada “falácia ecológica” - ou seja, a de supor a “racionalidade do comportamento dos eleitores a partir de resultados agregados do processo eleitoral, em situações institucionais diversas” (Castro, 1992, p.14). Por isto, esta autora revisa a crescente literatura das explicações econômicas do voto, no Brasil (por exemplo, M. Figueiredo, 1991; Lima Jr., 1990; Santos, 1987; Reis, 1988) sugerindo sua complementação aos estudos de “sociologia eleitoral” (“culturalistas”), que enfocam “as dimensões simbólica e estrutural” (Castro, *ibid.*, p.29-30) do comportamento eleitoral. A fecundidade deste apelo à interlocução entre as interpretações “racionalistas” e “culturalistas” do comportamento eleitoral é indubitável.

Além disso, cabe reconhecer que a contribuição principal que as abordagens fundadas na escolha racional têm oferecido aos estudos da democratização na América Latina focaliza o comportamento das elites nos processos de transição - principalmente (mas não exclusivamente) no que refere aos objetivos e incentivos da burocracia; aos processos decisórios como resultado de interações estratégicas; e às conseqüências não pretendidas das políticas públicas (Cf. Geddes, 1994). Esta última autora (Geddes, 1991) tem contribuído a esclarecer historicamente o comportamento dos governos latino-americanos, em termos de políticas redistributivas, clientelistas e populistas, com vistas a assegurar êxitos eleitorais -e, como Ames (1987) também fizera anteriormente, indica as escolhas públicas governativas como recursos para maximizar as chances de permanência e recondução dos incumbentes.

Por outra parte, mais recentemente (Geddes, 1995), a autora enfatiza e atualiza a proposta de Remmer (1990), acerca da relativa independência entre os fatores e condicionantes econômicos, e aqueles propriamente voltados à consolidação da esfera política, salientando - contrariamente à sabedoria convencional (Lipset et al. 1993) - a arquitetônica institucional como principal fator para a “consolidação” do regime democrático. Na verdade, a ênfase na “engenharia institucional”, ou no estabelecimento das chamadas “regras do jogo” político, tornou-se dominante na literatura sobre os processos de democratização (Munck, 1996).

A ênfase constitucional tem sido sublinhada também por outros autores da linha “racionalista” (como Elster, 1993, acerca da Europa Oriental); e entre eles salienta-se Przeworski (1991) que examina comparativamente as reformas econômicas e políticas em curso de realização, na Europa Oriental e na América Latina. Este último autor opera com sua conhecida ênfase na “incerteza” como fator contingente que assegura os pactos de transição e consolidação institucional⁹. Outros autores usam a abordagem “racionalista” para examinar os efeitos das escolhas institucionais sobre a estabilidade política, o crescimento econômico e a distribuição da renda (Shugart, 1994), ou ainda sobre os efeitos da extensão do sufrágio (e sua moralização) nas políticas públicas, como a de reforma agrária (Lapp, 1994). As abordagens “neo-institucionalistas”, ou com ênfase na “public choice”, estão entre as mais influentes aplicações da escolha racional, entre os estudos da democratização.

Outros estudos, mais gerais, sobre partidos e sistemas partidários, enfatizam o seu papel utilitário, como por exemplo, “transaction cost minimizers” (Willhower e Regens, 1993), ou sua capacidade de agregação e representação nos processos de transição (Bartlett e Hunter, 1993) europeus e latino-americanos; ou, ainda, a cooperação entre suas elites para instaurar a democracia, e como o público massivo pode influenciar esse resultado - constrangendo o comportamento das elites, em sua correlação de forças (Casper e Taylor, 1993). Santiso (1993) também enfatiza os

⁹ Przeworski utiliza a teoria dos jogos para modelar a construção constitucional: situações onde a correlação de forças é desconhecida antes da Constitucionalização são mais conducentes à estabilidade; ao enfrentar alta incerteza sobre a correlação de forças, todos os setores relevantes buscarão soluções constitucionais enfatizando “checks and balances” e proteção das minorias (*Ibid.*, p.66-99). Elster analisa os problemas das recentes constituições da Europa Oriental à luz das tradições americana e francesa sobre a preservação dos direitos das minorias.

constrangimentos institucionais e eleitorais latino-americanos sobre as escolhas dos agentes, e Artusi (1994) segue esta linha, ao analisar historicamente a "democratização outorgada" no Brasil. Por sua vez, Fabiano G. Santos (1994) analisa as decisões legislativas, atribuindo seus fundamentos, através da "teoria dos jogos", ao caráter oligopólico e aos interesses regionais da representação partidária, como "microfundamentos do clientelismo político no Brasil".

Todas essas abordagens "racionalistas" encaminham sugestões relevantes para a reforma política e constitucional, e apresentam supostos significativos acerca das bases sociais, eleitorais e culturais dos sistemas partidários (expressas, em geral, no comportamento eleitoral). Todas elas, entretanto, tendem a atribuir uma certa moralidade fixa ao eleitorado, qual seja (nas palavras de Castro, 1992, p.8) a intenção de "maximizar, ou, em algumas versões da teoria, otimizar seus ganhos, como os consumidores no mercado econômico". Guillermo O'Donnell (1991), na sua influente interpretação das "democracias delegativas" (a seu ver imperantes nos países do Cone Sul, com exceção do Chile e Uruguai, e em outros exemplos de "novas democracias" na América Latina e Europa Oriental) foi quem mais radicalizou os aspectos negativos e plebiscitários dessa relação utilitária entre as elites e as massas:

"(A)quele que ganha uma eleição presidencial é autorizado a governar o país como lhe parecer conveniente, e, na medida em que as relações de poder o permitem, até o final do mandato" (Ibid., p.30). Neste contexto delegativo e plebiscitário, fica ameaçada a estabilidade do regime, pois se acentua "o viés anti-institucionalizante desses processos, e ratifica tradições de alta personalização e concentração de poder no Executivo" (Ibid., p.38).¹⁰ A tese central é que, na ausência de uma "accountability" horizontal, entre as instituições de governo e de representação (o equilíbrio entre os poderes), essas democracias "delegativas" não se poderiam consolidar, devido à violação sistemática que realizariam do princípio de representatividade, responsável pelos corretivos e controles ("checks and balances") para o exercício da governabilidade.

Embora essa ameaça de ingovernabilidade certamente exista (e foi assinalada recentemente por Ames, 1995a, com relação ao atual governo do PSDB-PFL), resta saber se o suposto de O'Donnell (e dos "racionalistas", em geral) acerca da moralidade simplesmente utilitária do eleitorado se pode sustentar¹¹. Na verdade, a perspectiva consociativa, adotada com tanta pertinência, pelas abordagens "racionalistas" às mudanças ocorridas durante as «transições pactadas» ao regime democrático, na América Latina e em outras regiões (por exemplo, O'Donnell, Schmitter e Whitehead, 1988), não tem se limitado ao exame do comportamento das elites políticas, e tem sido também aplicada ao comportamento de setores representativos da sociedade (cf. Schedler, 1992). Neste caso, inclusive, a bibliografia remete a uma visão mais abrangente da racionalidade, que extrapola os limites da "escolha racional", na sua versão simplesmente utilitária¹².

¹⁰ Ao contrário de O'Donnell, que acentua as debilidades institucionais do fenômeno "delegativo", Weffort (1992, p.108) sumarizou as características centrais dessa forma de governo, sublinhando a dimensão do comportamento (e tradições culturais): (A forma delegativa) "é uma espécie particular de democracia representativa, na qual há uma preponderância de comportamentos e relações delegativas no interior de um padrão institucional definido pelo sistema representativo. Evidencia uma preeminência geral de, por exemplo, lideranças personalistas, eleições plebiscitárias, voto clientelístico etc., sobre relações parlamentares, partidárias etc. A despeito de as instituições definirem-se de acordo com um padrão representativo, o comportamento tanto da população quanto da liderança é predominante delegativo" (grifo no original) (ver Kruschke, 1996).

¹¹ Na verdade, à simplificação utilitária, ou "interpretação econômica do voto", se agrega, no caso de O'Donnell (Ibid., p.30) um segundo elemento de padronização, de determinismo cultural: "outras instituições, não formalizadas, mas fortemente atuantes - especialmente o clientelismo, o patrimonialismo e, certamente, a corrupção". Este determinismo cultural, de muita influência no pensamento conservador, acerca do "caráter nacional" dos países latinoamericanos, tem sido defendido por uma variante dos historiadores da cultura (por exemplo, Wiarda, 1992; Morse, 1988; Hartz, 1964). Também é notória a utilização que faz O'Donnell dos conceitos weberianos (sobre esta forma de utilização de Weber na América Latina ver Zabudowsky, 1989).

¹² Schedler remete principalmente à teoria da ação comunicativa habermasiana (1987), mas é possível referir-se à obra central do neo-contratualismo contemporâneo (Rawls, 1981) bem como sua atualização recente (Rawls, 1993a) e notável aplicação às sociedades "hierárquicas" (Rawls, 1993b), ainda que esta perspectiva tenha sido, até agora, pouco trabalhada na América Latina (sobre isto ver Kruschke, 1993a).

Esta perspectiva consociativa mais inclusiva tem sido elaborada por vários autores, desde Flisfisch (1987, p.353-71), que encaminhou instigante proposta para a elaboração de modelos decisórios para políticas de coalizão e programas de governo, em combinação com consultas de opinião, e tendo como base elementos das teorias da “escolha racional” (Elster) e do neo-contratualismo Rawlsiano. Brunner (1987) também abordou a escolha pública de políticas culturais no contexto da pré-transição chilena, numa linha de ação comunicativa (Habermas, 1987). Schedler (1992, p.24) cita vários outros pesquisadores, que estudaram, por exemplo, a redefinição de identidades num sentido consociativo, entre distintos setores, principalmente os de representação corporativa:

“La integración de actores en sistemas de negociación presupone que se reconozcan mutuamente como actores políticos legítimos. En los contextos pos-autoritarios en América Latina, esta legitimación mutua entre los actores ha constituido una de las funciones principales de las políticas de concertación”.

Tal “função simbólica” da interação comunicativa, sua contribuição à formação, reconstituição e redefinição de identidades tem sido amplamente valorizada (por exemplo, Dos Santos, 1987, Acuña, Cavarozzi e Filgueira in PREALC, 1988; Lechner, 1985). Pois essas redefinições permitem uma “institucionalização do consenso”, principalmente entre os agentes corporativos sócio-econômicos, por estabelecer uma “restrição política estrutural” que, ao neutralizar determinados riscos políticos, reduz a “percepção de ameaça” face à incerteza institucional, que “caracteriza e constitui os sistemas políticos democráticos”¹³.

Uma hipótese bastante difundida nesta literatura é que a concertação social cumpre uma função legitimatória do regime, “ao desviar do governo as aspirações sociais, pois na elaboração participativa das políticas públicas, o Estado renuncia a certas atribuições que lhe são exclusivas, enquanto os atores sociais, sindicais, empresariais e partidários aceitam uma co-responsabilidade no planejamento e implementação dessas políticas” (Ibid.). O suposto é que, com o deslocamento das responsabilidades, deslocam-se também os “destinatários” das expectativas e demandas sociais, assim como as atribuições de êxito ou fracasso dessas políticas. Ao “devolver” dessa forma à sociedade civil o processamento de seus próprios problemas e conflitos, se lograria não uma despoltização, mas uma certa “desestatização” dos processos decisórios (Cf. Tironi, 1985; Dos Santos, 1987, Lechner, 1985; López, 1987). São óbvias as conseqüências deste enfoque para o estudo da governabilidade dos regimes pós-autoritários¹⁴.

Estudos mais recentes, sobre o apoio eleitoral e sindical aos governos latino-americanos que têm implementado as políticas de ajuste e reestruturação, apesar dos impactos negativos destas políticas sobre a economia popular, tendem a corroborar tais efeitos legitimatórios (Cf. por exemplo, Geddes, 1995 passim; Kelsey e Levitsky, 1994, sobre o “trade off” entre os governos mexicano e argentino e os sindicatos, que incluem recursos simbólicos, legais, e também materiais, ou Rhoda Rabkin, 1994, sobre o «aprendizado social» do neoliberalismo no Chile). Estes resultados legitimatórios não são inesperados, uma vez que os estudos anteriores, na concepção defendida por Schedler, assimilam as transformações da cultura política dos atores a uma normatividade procedimental:

¹³ Schedler (Ibid., p.4) salienta, porém, o caráter contrafático do discurso da concertação social na América Latina: “Ha sido una característica distintiva de la discusión latinoamericana el haberse constituido originalmente como un discurso normativo (...) La concertación no se ha presentado primeramente como un desafío empírico sino como una exigencia normativa (aunque controvertida), íntimamente vinculada con diagnósticos de crisis correspondientes (...) Al mismo tiempo, ha empezado a operar como un factor subversivo de la discusión, puesto que una ciencia empírica no puede estabilizarse sólo a base de buenos deseos.”

¹⁴ Schedler (Ibid., p.61) anota contudo “la sospecha de que la vigencia de este razonamiento se limite principalmente a los ‘ciudadanos colectivos’, participantes directos en foros de negociación. Es mucho más difícil que un gobierno ‘se salga’ de su ‘responsabilidad’ ante los ‘ciudadanos individuales’.”

“La eventual valorización positiva de procedimientos consensuales, basada en el previo reconocimiento mutuo de los actores, puede modelar decisivamente su decisión de entrar en sistemas de negociación, antes y más allá de la incidencia de los cálculos costo-beneficio (...)” (Ibid., p.18).

Esta formação de um “espírito de cooperação” está fortemente influída por fatores históricos, em experiências anteriores de consertação, ou por experiências traumáticas de confrontação e crise, que se busca superar, num novo aprendizado da democracia (Bonino e McCoy, 1992; Tironi, 1987; Dos Santos, 1987); Schedler (Ibid., p.28-9) recorda que essa “cultura política consensual” somente estabelece «una, digamos, prioridade procedimental», ou preferência pelo consenso, um “uso mínimo de los instrumentos de presión” (Tironi, 1985, p.36):

“Los actores no renuncian a sus recursos de poder, aun cuando temporalmente prescindan de su ejercicio. Hay que suponer que no negocian incondicionalmente, con apoyo exclusivo en normatividades compartidas, sino que están dispuestos a reactivar sus recursos de sanción cuando consideraciones estratégicas lo exigen”.(Ibid.)

Como vemos, esta ênfase nos procedimentos e processos de aprendizado conducentes ao pacto democrático, sublinha uma convergência e mútua complementação entre as abordagens com base na escolha racional e concepções mais amplas da racionalidade, como a defendida pela ação comunicativa habermasiana ou pelo neo-contratualismo rawlsiano. Tal convergência tem sido defendida entre nós, no que refere às contribuições de Habermas e da escolha racional, principalmente por Fábio Wanderley Reis (1984; 1988), com respeito inclusive aos estudos sobre comportamento eleitoral. Esta linha suple também o tratamento dos processos de desenvolvimento moral e cognitivo de setores do eleitorado, que tem sido abordado por alguns estudos pontuais no Brasil (por exemplo, Kruschke, 1994b; Lulhier, 1994; Biaggio, 1992; Freitag, 1989). Mas há ainda muito trabalho pela frente, tanto em termos de análise empírica como de elaboração teórica, para que as linhas “racionalistas” de estudo da cultura política possam convergir mais eficazmente, e contribuir a um entendimento conjunto dos processos de institucionalização e de legitimação da esfera pública democrática, segundo o ambicioso designio do neo-contratualismo¹⁵.

III. AS LINHAS “CULTURALISTAS”

W. Russell Neuman (1986) introduz seu influente estudo sobre a sofisticação do eleitorado apresentando o que considera o “paradoxo da política de massas”: «The paradox of mass politics is the gap between the expectation of an informed citizenry put forward by democratic theory and the discomforting reality revealed by systematic survey interviewing” (Ibid., p.3). O interesse desta citação está na simetria que exhibe com o chamado “paradoxo do voto” da corrente “racionalista” (ou “econômica”) dos estudos eleitorais (Monroe, 1991): se esta se surpreende que os eleitores participem (dados os supostos da escolha racional) (Figueiredo, 1991), os “culturalistas” (nesta versão, que se ocupa dos processos de socialização)¹⁶ desapontam-se com o fato de que tal

¹⁵ Sobre isto, ver o projeto de doutoramento de Gustavo Venturi ao Departamento de Ciência Política da USP, sobre Cultura Política e Desenvolvimento Moral; ou ainda o projeto de doutoramento, no mesmo Departamento, de Alvaro de Vita, sobre o neo-contratualismo.

¹⁶ Esta versão do “culturalismo”, que se ocupa da sofisticação e aprendizado político do eleitorado, tem uma longa tradição nos estudos norte-americanos, desde a contribuição germinal de Converse (1964). Esta ênfase tem permitido o reconhecimento de variações culturais nos públicos massivos, relacionadas com processos de socialização e outros aspectos (C. Brody, 1986; A. Westholm e R. Niemi, 1992; S. Feldman, 1988; M. Crone, 1993; P. Ester e L. Halman, 1990; R. Alvarez, 1993). A ênfase destes estudos em “Core values”, suas variações, conflitos e lentas transformações, tem ajudado a relativizar a freqüente rigidez, de caráter tipológico, nas pesquisas empíricas através de surveys sobre valores - afirmando em geral a importância das tradições culturais, face a novos fatores emergentes (Cf. Ester e Halman, Op.cit.). Lamentavelmente, esta linha de pesquisas não tem tido seguidores na América Latina - situação que poderá reverter-se no futuro, face à maior disponibilidade, atualmente, de dados longitudinais, como os do “Latinobarômetro” (IDESP, 1996), por exemplo.

participação não atinja os padrões desejados pela teoria democrática “não-elitista...” (Bachrach, 1967). Mas tal como vimos entre as correntes “racionalistas”, as “culturalistas” também desdobram-se em algumas variantes, que têm sido muito influentes nos estudos sobre cultura política na América Latina.

O estudo “cross-national” de Almond e Verba (1965) -e seu “rejoinder” de 1980- introduziu um processo de inovação nos estudos políticos comparativos da democratização cultural que está longe de seu término. As muitas críticas recebidas pela chamada “revolução comportamentalista” dos anos 50-60 suscitaram um refinamento conceitual e metodológico das técnicas de survey, promovendo estratégias de investigação aperfeiçoadas, com muitos resultados acumulativos e diferenciados¹⁷.

A linha central da corrente culturalista, especialmente difundida na América Latina durante os processos de democratização dos anos 80, tem buscado singularizar as características nacionais da cultura tradicional, que Almond/Verba (1965) retrataram originalmente no México em seu estudo pioneiro - sendo que alguns desses estudos (por exemplo, Ponte, 1994) reafirmaram, com qualificações, para o México, os resultados básicos daquela pesquisa dos anos 60 e outros o fizeram para os casos do Brasil (Cohen, 1989) e da Argentina (Calvert e Calvert, 1990). Tem-se enfatizado, ademais, o caráter «difuso» do apoio à democracia nos contextos de transição (p.ex.: Catterberg, 1991; Echegaray, 1994; Seligson, 1983; Tiano, 1986; Baquero e Reis, 1992) num anti-autoritarismo que não chega a constituir orientações estruturadas de republicanismo e liberalismo político. Outros, ainda, têm salientado a importância do apoliticismo, alienação ou indiferença política de setores significativos dos públicos massivos (p.ex., Jones, 1992; Baño, 1988; Booth e Seligson, 1989; Filgueira, 1988), para certos casos nacionais. Todos esses estudos, se não reafirmam a continuidade dos diagnósticos originais de Almond/Verba (1963) sobre o caráter não-participativo da cultura política na América Latina, enfatizam a importante presença das atitudes de sujeição, deferência e ineficácia subjetiva, em segmentos significativos do eleitorado.

Na busca pelas «bases sociais da democracia» (Rochon e Mitchell, 1989) alguns estudos têm tentado localizar as origens das mudanças em curso na cultura dos públicos massivos, seja na esfera atitudinal, seja nas chamadas variáveis demográficas. No plano das atitudes, alguns autores (p.ex. Davis e Speer, 1991) preferem enfatizar os «trade offs» do eleitorado com o sistema político, num argumento instrumental (e... racionalista) acerca das expectativas de utilidade e/ou da avaliação real de custo-benefícios do apoio político (ver também Cohen, 1989; Mettenheim, 1992 para o caso do Brasil). Contudo, os próprios Davis e Speer (Ibid.) concluem que as motivações de segurança econômica apresentam fraca relação com as atitudes políticas, pelo menos nos casos do México e da Venezuela.¹⁸ Estes autores (e outros, como Booth e Seligson, 1991; Tiano,

¹⁷ A reafirmação ufanista de Lucien Pye (1990) sobre o “retorno da modernização”, como teoria comportamentalista relevante para o estudo das transformações em curso na política mundial, não deve ser tomada como simples conservadorismo -como querem os seus críticos (por exemplo, Welch, 1993, p.33-4). O caráter linear e etnocêntrico das propostas “desenvolvimentistas” dos anos 50 não se aplica mais ao contexto da atual globalização da cultura ocidental (sobre isto, ver Fekete, 1987; Gibbins, 1989; Cranston e Boralevi, 1988; Garretón, 1994; Slater, 1994; Subercaseaux, 1991 que enfatizam, de diferentes ângulos, certos impactos da chamada “pós-modernidade”). O que está em questão, portanto, é a revisão dos supostos teóricos originais da linha culturalista.

¹⁸ Vários estudos «culturalistas» ocupam-se também em relacionar as transformações da cultura política, com a mudança da «cultura econômica» - ou seja, as orientações do público massivo acerca do mercado e da intervenção estatal, nesta época de desregulamentação da economia e reajustes estruturais na Europa Oriental e América Latina. Gibson et al. (1992; 1993) encontram correlações significativas entre atitudes democratizantes no plano político e pela liberalização no plano econômico, no caso da Rússia e outros países do chamado segundo mundo. Resultados semelhantes, ainda que mais modestos, foram encontrados também para os casos da Argentina (Echegaray, 1992), Chile, Brasil e Peru (Echegaray e Elordi, 1994). Outro estudo, mais geral, examina as atitudes do público massivo em 22 países acerca da liberdade e igualdade (Turner e Cilly, 1993), matizando as conclusões de Lipset (Lipset et al. 1993) sobre a determinação econômica das orientações políticas.

1986; Ranis, 1991; Echegaray, 1994) adotam um argumento não-instrumental, e antes «expressivo» para a explicação das variáveis atitudinais, em termos multi-dimensionais - usando indicadores de tolerância e participação, ou de alienação e envolvimento, auto-identificação partidária etc.

Os estudos comparativos, desde Almond/Verba, tendem a enfatizar também as variáveis sócio-demográficas, tais como renda, classe social, idade e escolarização (Booth e Seligson, 1992; Inglehart e Abramson, 1993; Echegaray, 1994) enquanto condicionantes mais relevantes e estáveis das atitudes políticas. Echegaray, por exemplo, realiza análise multivariada dos fatores atitudinais e demográficos, para o caso dos trabalhadores no Brasil, revelando que «instrumental mores alone exert a significant and relatively important effect over anti-authoritarianism, following a direction in which pro-paternalistic leanings are linked to an anti-authoritarian stance» (p.20). Mas também que «tolerance is a key precondition for the development of anti-authoritarian values» (... pois) «valoration of a democratic order is fed upon the rejection of radical government and an ideal of radical social harmony, as long as these imply the imposition of restrictions (legal or physical) to free political expression» (p.21). As variáveis expressivas e não-instrumentais, são para este autor, mais preditivas das orientações e atitudes, em sua distribuição sócio-demográfica: «Liberal considerations are more important than interpretations of the social role of the state in prompting democratic consensus. Therefore, the prevalence of political factors over economic ones should be clear» (p.22).¹⁹

Esta pesquisa não constata marcantes diferenças de orientações entre trabalhadores e empregadores no Brasil e confirma tendências de mudança já assinaladas por Lamounier e Souza (1991) e Lamounier e Marques (1992), e por Moisés (1995) mais recentemente²⁰ - sendo que este último autor realiza um estudo muito mais completo, de corte longitudinal, sobre as transformações da cultura política brasileira em anos recentes (inclusive suas subculturas), de cujas notáveis contribuições já tratamos em outra oportunidade (Krischke, 1994c). Mas o exemplo do trabalho de Echegaray é especialmente útil, pelo caráter integrativo que atribui às variáveis sócio-demográficas e atitudinais (instrumentais e expressivas) - com resultados que tendem a sublinhar a importância das atitudes expressivas, embora sem descuidar a presença das demais variáveis.

Um estudo comparativo que também salienta atitudes expressivas (no caso, de satisfação/insatisfação com o cotidiano) é o de Inglehart/Abramson (1993). Embora esta linha sobre o chamado «pós-materialismo» tenha tido poucos seguidores na América Latina (p.ex., Landa, 1994; Garretón, 1994; Baño e Faletto, 1992, tratam apenas de alguns aspectos relacionados com esta linha) ela é sumamente importante, pois focaliza mudanças geracionais e culturais (Nevitte e Gibbins, 1990) que se têm difundido no mundo inteiro, nos termos de uma «nova cultura política» (Clark e Inglehart, 1990). Ademais, esta linha de pesquisa tem logrado relacionar seus resultados a tendências eleitorais crescentes, e ao reajuste de políticas públicas em âmbito local, que estão influenciando administrações e programas partidários num sentido de “liberalização social” em várias partes do mundo (p.ex., Clark, 1985; Clark, 1993), inclusive na América Latina, por exemplo, no contexto do NAFTA (Inglehart, Bazáñez e Nevitte, 1994). Esta corrente interpretativa tem recebido muitas críticas e opositores (p.ex., Bran, 1990; Pieper e Schneider, 1990; Ester e Halman.

¹⁹ Este autor adverte porém sobre «the limited socializing impact of multiparty competition in generating ideological identities, despite some clear - cut philosophical differences among major political forces and mass alignments that occurred about the time of the survey (the overt ideological polarization taken place with the run-off election for president in November-December, 1989) (Ibid., p.24). A posterior pesquisa longitudinal de Moisés (1995) detecta um crescimento das identificações partidárias, embora a um nível ainda bastante inferior ao existente em outros países do Cone Sul.

²⁰ Soares e Cheibub (1996) pesquisaram a cultura política das elites (inclusive as sindicais), sublinhando a importância da adesão ao liberalismo, em contraste com outras orientações e dimensões da democracia. Moreira (1994) e Supervielle/Pucci (1995) pesquisaram as elites uruguiaias e Ancharad. Silva e González (1994) as argentinas (em comparação com as brasileiras, acerca do MERCOSUL, neste caso).

1990), que não encontram apenas tendências progressivas e «pós-materialistas» nas novas faixas etárias e subculturais dos países centrais do Ocidente.²¹

Apesar de incipiente na América Latina, esta linha corrobora a saliência que tem recebido o estudo das chamadas «novas» subculturas alternativas (ecológicas, feministas, juvenis) que emergiram e alcançaram visibilidade durante os processos de democratização, extensão do sufrágio e a participação sócio-política em geral.²²

Inclusive emerge agora uma nova linha de “estudos culturais” pós-estruturalistas (Alvarez, Dagnino e Escobar, 1997) que se dedica ao estudo das “políticas culturais” dos “subaltern counterpublics” na América Latina, e enfatiza o “direito à diferença” e a questão da desigualdade, como base para uma “expansão da esfera pública além das fronteiras do Estado”-em oposição aos estudos da democratização centrados nos processos de institucionalização estatal²³.

Em conexão com estes desafios no estudo de subculturas, uma importante proposta de interpretação da cultura política em termos de «desenvolvimento moral-cognitivo», apóia-se na homologia sugerida por Habermas (1989), e derivada de Kohlberg (1981), entre a maturidade individual da cidadania e a evolução das estruturas normativas e jurídicas da sociedade²⁴ - definindo a cultura política como «uma forma de relação ‘compartilhada’ apenas quando publicamente comum numa dada coletividade» (Chilton, 1990, p.80). Esta «forma de relação» compartilharia «critérios de validade intersubjetiva» sobre normas de ação que sejam «públicas» e «comuns» entre os participantes das interações. Pois as mesmas são: «(a) compreendidas como um entendimento comum; e (b) usadas de fato pelos participantes para orientarem-se mutuamente em assuntos sócio-políticos (como seu foco público de orientação)» (Ibid., grifos no original). Esta é uma proposta importantíssima, pelas inovações teórico-metodológicas que contribui aos estudos empíricos sobre cultura política, mas o seu refinamento dependerá de novos projetos de pesquisa ainda por realizar na América Latina. Em todo caso, isto apenas se menciona aqui, como importante fator emergente nas linhas «culturalistas», uma vez que o seu tratamento sistemático no campo da cultura política está ainda longe de encontrar um equacionamento adequado e abrangente - pelo menos no caso das pesquisas latino-americanas²⁵ (Krischke, 1997).

²¹ Ester e Halman (1990), por exemplo afirmaram que «despite the growing consensus about the trend toward individualistic values (...) traditional attitudes are still widespread in modern society. (...) The more modern a nation is, the more modern values are spread among the population (...) the differences between generations may be smaller, whereas in less modern countries these differences will be large».

²² Cf. Garetón, 1994; Scherer e Krischke, 1987; Krischke, 1993b; Slater, 1994; Ardití, 1992; O. Landi, 1988; Dagnino, 1994; Alvarez, Dagnino e Escobar, 1997. Esta ênfase, que trata de combinar um certo «pluralismo metodológico» com um intento de revisão «metateórico», faz muitas vezes recurso a métodos fenomenológicos e antropológicos de pesquisa da cultura política - de que a mais completa e acabada versão é o livro de Stephen Welch (1993), embora muitos outros autores dos países centrais também tratem do tema (p. ex.: Gibbins, 1989; Dalton e Kuechker, 1990, etc.).

²³ Ver Storey (1993) e Harris (1992) para avaliações diferentes da corrente de “estudos culturais” (Hall, 1992) na Europa.

²⁴ Habermas (1989, p.126-7) questiona os estudos usuais, das linhas «culturalistas» centrais acerca da abordagem empírica sobre os valores políticos dos respondentes de surveys: «Os valores culturais são (...) na melhor das hipóteses, candidatos a materializar-se em normas destinadas a expressar um interesse geral (...). ... apenas relativamente a normas e sistemas normativos destacados da totalidade da vida social que os participantes podem tomar a distância necessária para adotar face a estes uma atitude hipotética (... a qual) estende-se apenas às questões práticas que se podem debater racionalmente, ou seja, com a perspectiva de alcançar um consenso. Isto não se relaciona com a preferência de valores, mas sim com a validade das normas de ação» (Grifo no original. A tradução brasileira foi corrigida à luz do original). Adotamos estes critérios numa pesquisa sobre subculturas in Krischke (1994b).

²⁵ Bohman (1990) sugere que a definição habermasiana da “democracia como institucionalização de discursos” supõe que “os discursos são institucionalizados na medida em que é criado um contexto social que permita acordos coletivos, pós-convencionais, os quais, por sua vez criam sejam quais forem as estruturas partilhadas por esses atores” (Habermas, 1979, p.73). A democracia é vista assim como uma “hipótese prática”, já que as instituições democráticas “colocam sob controle o desenvolvimento dos sistemas sociais, através de uma institucionalização do discurso efetivamente política” (Habermas, 1973, p.398). Por outro lado, a teoria habermasiana da mudança social repousa em dois postulados; o primeiro é que “o aprendizado é o mecanismo evolutivo básico da cultura”; o segundo é que “há padrões homólogos de desenvolvimento cognitivo, nos planos ontogenético e filogenético” (Habermas, 1979, p.99, 205). Ademais, a sua teoria do desenvolvimento moral-cognitivo é multi-dimensional (Habermas, 1989) incluindo a dimensão cognitiva (o desenvolvimento de “visões de mundo”), ao lado da dimensão normativa (o desenvolvimento jurídico-moral) e da dimensão subjetiva (o desenvolvimento de identidades e estruturas de personalidade mais complexas).

Todos esses desdobramentos das abordagens «culturalistas» sublinham a importante complementação de seus resultados com aqueles apresentados pelas abordagens «racionalistas», para o estudo da cultura política na América Latina. Como já salienta Wilson (1992, Introduction) em termos teóricos gerais, é necessário «repensar a cultura política nos termos de sua função legitimatória» (como Moisés, 1995, demonstrou também, empiricamente, para o caso do Brasil). Tal revisão deve considerar a emergência dos indivíduos na esfera pública, como cidadãos que perseguem racionalmente os seus interesses, à luz da evolução das subculturas em que se inserem, nas normas mais gerais do comportamento político dessas sociedades, em vias de democratização cultural. Além disso, tal ênfase no comportamento político, nas atitudes normativas e estratégicas da cidadania, inclui também o reconhecimento de suas origens, dos seus efeitos e dos seus limites, na construção institucional da esfera pública e na formação de suas elites. Essa será a possível convergência, entre as linhas «racionalistas» e «culturalistas», tal como está presentemente evoluindo, nas pesquisas sobre cultura política na América Latina.

IV. INTERFACES E DESAFIOS À PESQUISA

a) A superação da homogeneidade das “interpretações econômicas do voto” através de “modelos de participação racional” (acerca da “utilidade diferenciada do voto”, conforme circunstâncias sócio-econômicas e demográficas) por parte dos racionalistas, e a influência das variáveis sócio-demográficas e das atitudes instrumentais, nas orientações dos públicos massivos, segundo os culturalistas.

b) A “desagregação” do regime político numa esfera institucional e outra comportamental, no campo dos neo-institucionalistas, e a realização de pesquisas diferenciadas, entre as elites e setores mais amplos do eleitorado, no campo dos culturalistas.

c) A ênfase na “incerteza” adotada por certos racionalistas, e a constatação do caráter “difuso” das orientações anti-autoritárias do público massivo, sublinhada por certos culturalistas.

d) A “institucionalidade informal” do clientelismo, particularismo, etc., detectada por neo-institucionalistas e as atitudes de “deferência, ineficácia subjetiva”, etc. de setores do público massivo, constatadas pelos culturalistas.

e) A superação do determinismo econômico pelas teorias neo-institucionalistas e de “public choice”, e a ênfase dos culturalistas nas atitudes não-instrumentais (“expressivas”), para interpretar a adesão à democracia entre os públicos massivos.

f) O tratamento conjunto das questões “consociativas”, da governabilidade e da legitimação, por parte da literatura acerca da “concertação social”, e as ênfases separadas, na governabilidade por parte dos neo-institucionalistas, e na legitimação por parte dos culturalistas.

g) A ênfase na dimensão liberal de democracia, constatada pelos estudos das elites nacionais (e sua correspondência institucional nos processos de desregulamentação, reforma do Estado etc.), e a “liberalização social” enfatizada pelos estudos da “nova cultura política” (principalmente no âmbito das administrações locais).

h) A concepção “minimalista” das instituições, sublinhada por certos racionalistas, e a ênfase contrária dos neo-culturalistas, na “expansão da esfera pública além das fronteiras do Estado”.

i) A eventual correspondência entre o desenvolvimento dos acordos regionais, como o do

MERCOSUL, e as mudanças geracionais da “nova cultura política”, já constatada no contexto do NAFTA.

j) Os debates (seus pontos em comum e suas diferenças) tanto dos racionalistas como dos culturalistas, com os estudiosos “pós-estruturalistas”, pós-marxistas, etc. (os “estudos culturais”, da “pós-modernidade”, etc.), - e como tais debates influenciam as concepções de ambas as correntes acerca dos processos e limites da democratização.

E cada leitor encontrará outras interfaces neste desafiador intercâmbio...

BIBLIOGRAFIA

- Almond, G. A. and Verba, S., 1965. The Civic Culture: Political Attitudes and Democracy in Five Nations. Boston: Little, Brown & Co.
- Almond, G. A. 1966. “Political theory and political science”. American Political Science Review, 60(Dec):878-897.
- Almond, G. A. and Verba, S. (Orgs.) 1980. The Civic Culture Revisited. Boston: Little, Brown & Co.
- Almond, G. A. 1990. A discipline divided. Schools and sects in political science . Newburg Park: Sage.
- Alvarez, R. Michael, 1993. «When core beliefs collide: conflict, complexity or just plain confusion»? APSA Congress. Washington DC, Sept. 2-5, 22p.
- Alvarez, S., E. Dagnino e A. Escobar (Orgs.). 1997. The cultures of politics/the politics of cultures. Revisioning Latin American social movements . Boulder: Westview.
- Ames, Barry, 1987. Political Survival: Politicians and Public Policy in Latin American. Berkeley: UCLA.
- Ames, Barry, 1995a. «The Crisis of Governance in Brazil», Boletim Notícias, The Woodrow Wilson Center, May.
- Ames, Barry. 1995b. “Soft theories, hard evidence. Rational choice and empirical investigation in Brazil”. LASA Congress, Washington, DC, Sept. 2, 38p.
- Anchard, D., Silva, M. F. e González, L. E. 1994. Las élites Argentina y Brasileñas frente al MERCOSUR. Buenos Aires: BID/INTAL.
- Arditi, Benjamin. 1992. «La intervención social ante las transformaciones de la política». Encuentros Internacionales de Juventud, Asturias, 20p.
- Arturi, Carlos S. 1994. «Os Militares e a ‘Democratização Outorgada’ no Brasil (1974-1985)». Encontro Anual da ANPOLS, Caxambu, GT Forças Armadas Estado e Sociedade, 23-27 novembro, 39p.
- Avritzer, Leonardo. 1995. “Cultura política, atores sociais e democratização”. Revista Brasileira de Ciências Sociais, 28:109-122.

- Bachrach, Peter, 1967. The theory of democratic elitism. Boston: Little, Brown e Co.
- Baquero, M. e Reis, J. P., 1992. «Cultura política e cidadania no Brasil: uma análise longitudinal». Estudos Leopoldenses, 28(129-30), set./dez., p.87-110.
- Baño, Rodrigo y Faletto, E., 1992. «El apoliticismo: El factor generacional». Santiago: FLACSO. Documento de Trabajo. Serie Estudios Políticos n. 25.
- Baño, Rodrigo, 1988. «Transición y cultura política en Chile», Documento de Trabajo, Santiago: FLACSO, 390, 157p.
- Barry, Brian M. 1974. Los Sociólogos, los Economistas y la Democracia. Buenos Aires: Amorrortu Editores.
- Bartlett, D. and Hunter, W., 1993. «Comparing transitions from authoritarian rule in Latin America and Eastern Europe: What have we learned and where are we going?». APSA Congress, Sept. 2-5, Washington DC. 55p.
- Bell, David V. J., 1992. The Roots of disunity. A study of Canadian political culture. Toronto: Oxford Univ. Press.
- Bermeo, Nancy, 1992. «Democracy and the lessons of dictatorship». Comparative Politics. 24, Abril: 273-91.
- Biaggio, Angela M.B., 1992. "Julgamento moral, ansiedade e diferença de sexo", Psico, PUCRS, 23(2), jul/dez. p.7-28.
- Bohman, James. 1990. "Communication, ideology and democratic theory". American Political Science Review, 84:93-109.
- Bonino, L. C. e McCoy, J., 1992. «Political learning in reemerging democracies: framework for analysis and illustrations from Uruguay», LASA Congress, Los Angeles, Sept. 18p.
- Booth, John A. 1992. «Costa Rica: the roots of democratic stability», in Diamond, Larry, Juan Linz e Samuel M. Lipset (Orgs.). Democracy in Developing Countries - Latin America. Boulder: Lynne Rienner Publishers.
- Booth, John A. and Seligson, M. A. 1989. Elections and Democracy in Central America. Chapel Hill: The University of North Caroline Press.
- Bran, Michael, 1990. «The sources of fiscal and social liberalism in six countries», ISA Congress, 2 de julho, Madrid, 35p.
- Brint, Michael, 1991. A Genealogy of Political Culture. Boulder: Westview Press.
- Brody, Charles J. 1986. «Things are rarely black and white: admitting gray in the Converse model of attitude stability». American Journal of Sociology, 92(3):657-77.
- Brunner, José Joaquín, 1987. Un Espejo Trizado. Ensayos sobre Cultura y Políticas Culturales. Santiago: FLACSO.

- Calvert, Susan e Peter, 1990. Argentina: Political Culture and Instability. Pittsburgh: University of Pittsburg Press.
- Casper, G. and Taylor, M. M. 1993. «A Game Theoretic Analysis of Elite Cooperation and the Prospects for Democratic Consolidation», APSA Congress, Sept. 2-5, Washington DC, 32p.
- Castro, Maria Mata Machado de. 1992. «Sujeito e Estrutura no Comportamento Eleitoral», Revista Brasileira de Ciências Sociais, 20, ano 7, outubro, 7-30.
- Catterberg, Edgardo, 1991. Argentina Confronts Politics. Political Culture and Public Opinion in the Argentina Transition. Boulder: Lynne Rienner.
- Chilton, Stephen, 1990. Grounding Political Development. Boulder: Lynne Rienner.
- Clark, Terry N. and Inglehart, R., 1990. «The new political culture. Changings dynamics of support for the welfare state and other policies in post-industrial societies», ISA Congress. Madrid, July 14, 41p.
- Clark, Terry Nichols, 1985. «The dynamics of political culture: liberalism, radicalism and new fiscal populism». The Toqueville Review. vol. 7, p.179-90.
- Clark, Terry Nichols, 1993. «Local democracy and innovation in Eastern Europe», Environment and Planning: Government and Policy, vol. 11, p.171-98.
- Cohen, Youssef. 1989. The Manipulation of Consent. The State and Working-class Consciousness in Brazil. Pittsburgh: Univ. of Pittsburgh Press.
- Converse, Philip E. 1964. «The nature of betief systems in mass public», in Apter, David E. (Org.). Ideology and Discontent. New York: The Free Press.
- Cramston, M. e Boralevi, L. C. (Orgs.) 1988. Culture et Politique/Culture and Politics. Berlin: Walter de Guyter.
- Crone, Martha Ellis, 1993. «The nature of political sophistication in mass publics», APSA Congress. Washington DC., Sept. 2-5, 42p.
- Dagnino, Evelina (Org.), 1994. Anos 90. Política e Sociedade no Brasil. São Paulo: Brasiliense.
- Dalton, Russell J. e Kuechler, M., 1990. Challenging the Political Order. New social and political movements in Western democracies, New York: Oxford Univ. Press.
- Davis, Charles e Speer, John. 1991. «The Psychological bases of regime support among urban workers in Venezuela and Mexico», Comparative Political Studies, 24(3):319-343.
- Dos Santos, Mario (Org.), 1987. Concertación Político-Social y Democratización. Buenos Aires: CLACSO.
- Downs, Anthony. 1957. An Economic Theory of Democracy. New York: Harper.

- Echegaray, Fabián. 1992. «Understanding support for free-market policies in Argentina». *International Journal of Public Opinion Research*, 5(4):369-75.
- Echegaray, Fabián, 1994. «Working-class attitudes towards democracy in Brazil». **LASA** Congress. Atlanta, March 12, 44p.
- Echegaray, Fabián e Elordi, Carlos. 1994. «Democracy in Latin America: in search of 'regularization'». *The Public Perspective*, mar/abr., p.32-3.
- Eckstein, Harry, 1988. «A culturalist theory of political change», *American Political Science Review*, 82:789-804.
- Elster, Jon. 1993. «Majority rule and individual rights», in Shute, S. e Hurley, S. (Orgs.). *On Human Rights*. New York: Basic Books, 25p.
- Ester, P. e Halman, L. 1990. «Basic values in Western Europe: an empirical exploration», *ISA Congress*, 2 de julho, Madrid, 25 p.
- Fekete, John (Org.) 1987. *Life After Postmodernism Essays on Value and Culture*. New York: St. Martin's.
- Feldman, Stanley. 1988. «Structure and consistency in public opinion: the role of core beliefs and values». *American Journal of Political Science*, 32(3):417-40.
- Figueiredo, Marcus, 1991. *A decisão do voto*. São Paulo: ANPOCS/Sumaré.
- Filguera, Carlos H. et al. 1988. «De la transición a la consolidación democrática: imágenes y cultura política en el Uruguay». *CIESU*, Montevideo, 80p.
- Flisfisch, Angel. 1987. *La política como compromiso democrático*. Santiago: FLACSO.
- Freitag, Bárbara G. 1989. "O conflito moral", in Habermas, Jürgen et al. *Jürgen Habermas: 60 anos, número especial de Tempo Brasileiro*, (98):79-124.
- Garretón, Manuel Antonio. 1994. *La Faz Sumergida del Iceberg. Estudios sobre la transformación cultural*. Santiago: CESOC/LOM.
- Geddes, Bárbara, 1991. «A Game Theoretic Model of Reform in Latin American Democracies», *American Political Science Review*, 85:371-92.
- Geddes, Bárbara, 1994. «Uses and Limitations of Rational choice in the Study of Developing Countries». In: Smith, Peter (Org.). *Comparative Perspectives on Latin America: Methods and Analysis*, Boulder: Westview.
- Geddes, Bárbara, 1995. «The Politics of Economic Liberalization», *Latin American Research Review*, 30(2):195-215.
- Gibbins John R. (Org.) 1989. *Contemporary Political Culture. Politics in a Postmodern Age*. Londres: Sage.

- Gibson, James L. et al. 1992. «Democratic values and the transformation of the Soviet Union». *Journal of Politics*, 54(2):329-71.
- Gibson, James L. 1993. «Political and economic markets: connecting attitudes toward political democracy and a market economy within the mass culture of the USSR», APSA Congress, Washington DC, Sept. 2-5, 50p.
- Goodin, Robert e Dryzek, John. 1980. «Rational Participation: the Politics of relative power». *British Journal of Political Science*, 10:273-92.
- Habermas, Jürgen. 1973. *Kultur and Kritik*. Frankfurt: Surkamp.
- Habermas, Jürgen. 1979. *Communication and the Evolution of Society*. Boston: Beacon Press.
- Habermas, Jürgen. 1987. *Teoría de la Acción Comunicativa*. Madrid: Taurus (2 vols.).
- Habermas, Jürgen. 1989. *Consciência moral e agir comunicativo*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- Hall, Stuart. 1992. "Cultural studies and its theoretical legacies" in Grossberg, L.; Nelson, Cary e Treichler, Paula (Orgs.). *Cultural studies*, London: Routledge.
- Hartz, Louis (Org.) 1964. *The Founding of New Societies*. New York: Harcourt, Brace and World, Inc.
- Harris, David. 1992. *From class struggle to the politics of pleasure. The effects of Gramscianism in cultural studies*. London: Routledge.
- IDESP . 1996. "Latinobarometer".
- Inglehart, Ronald, 1977. *The Silent Revolution. Changing Values and Political Styles among Western Publics*. Princeton: Princeton University Press.
- Inglehart, Ronald, 1988. «The renaissance of political culture». *American Political Science Review*, 82(4):1204-30.
- Inglehart, Ronald e Abramson, Paul. 1993. «Values and value change on five continents». APSA Congress, Washington DC. Sept. 2-5, 43p. (mimeo).
- Inglehart, R., Bazáñez, M. e Nevitte, N.. 1994. *Convergência em Norteamérica. Comércio, Política y Cultura*. México: Siglo XXI.
- Jones, Mark P. 1992. «A comparative study of popular confidence in democratic institutions in Argentina, Chile and Mexico», LASA Congress, LA. Sept 24-27. 21p.
- Kelsey, Sarah and Levitsky, Steve. 1994. «Captivating Aliances: Unions, Labor-backed Parties and the politics of economic Liberalization in Argentina and México», LASA Congress. Atlanta. March 10-12. 40p.
- Kohlberg, Lawrence. 1981. *Essays on Moral Development*. Berkeley: University of California Press.

- Krischke, Paulo J. (Org.) 1993a. O contrato social, ontem e hoje. São Paulo: Cortez.
- Krischke, Paulo J. 1993b. "Actores sociales y consolidación democrática. América Latina: identidades, estratégias y cultura cívica". FERMENTUM, Revista Venezolana de Sociología y Antropología, 3(6 e 7, Número especial):1-25.
- Krischke, Paulo J. 1994a. «Democratização e Cultura Política na América Latina: aspectos teórico-metodológicos». Relatório Parcial ao CNPq, julho, 55p.
- Krischke, Paulo J. 1994b. "Cultura política e participação social". Caxambu: ANPOCS, 23p.
- Krischke, Paulo J. 1994c. «Os brasileiros e a democracia: bases sociais da legitimidade democrática no Brasil" (uma resenha do livro de José A. Moisés). Revista de Planejamento e Políticas Públicas, Brasília: IPEA, n. 11: 297-304.
- Krischke, Paulo J. 1995. "Democratização e Cultura Política na América Latina: aspectos teórico-metodológicos". Relatório final ao CNPq. (Versão Preliminar), julho, 32p.
- Krischke, Paulo J. 1996. "Brasil: democracia delegativa?" in Celi Pinto e Hugo Guerrero (Orgs.). América Latina: O desafio da democracia nos anos 90. Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- Krischke, Paulo J. 1997. "Challenges to cultural studies in Latin America", in Alvarez, Dagnino, Escobar (Op.cit.).
- Kuhn, Thomas S. 1970. The Structure of Scientific Revolutions. Chicago: The Univ. of Chicago Press.
- Lakatos, I. 1970. "Falsification and the methodology of Scientific Research Programmes". In Imre Lakatos e Alan Musgrave (Orgs.). Criticism and the Growth of Knowledge. Cambridge: Cambridge University Press.
- Lamounier, Bolivar e Souza, Amaury, 1991. «Democracia e reforma institucional no Brasil: uma cultura política em mudança», Dados, 34(3):311-48.
- Lamounier, Bolivar e Marques Hubner, 1992. «A democracia brasileira no final da década perdida». In: Lamounier, B. (Org.), Ouvindo o Brasil. São Paulo: IDESP/IRS.
- Landa, Martha, 1994. «Local leaders and the new political culture in a context of transition to democracy: the case of Argentine local government». ISA Congress. Bielefeld, julho 18-22, 25p.
- Landi, Oscar, 1988. «Las culturas políticas en números (Argentina en democracia)». CEDES. Buenos Aires, 138p.
- Lane, Ruth, 1992. «Political culture: residual category or general theory?» *Comparative Political Studies*, 25(7):362-87.

- Lipp, Nancy. 1994. «The Extension of Suffrage and Land Reform in Latin America». LASA, Atlanta, March 10-12. 27p.
- Lechner, Norbert et al. 1987. Cultura Política y Democratización. Santiago: FLACSO/CLACSO/ICI.
- Lechner, Norbert, 1985. "Pacto social nos processos de democratização: a experiência latino-americana". Novos Estudos CEBRAP, 13:29-44.
- Lima Jr., Olavo Brasil. 1990. «Alienação eleitoral e seus determinantes - notas de pesquisa». Revista Brasileira de Ciências Sociais, n.14, p.68-73.
- Lipset, Seymour Martin et al. 1993. «A comparative analysis of the social requisites of democracy». International Social Science Journal, 136, May, p.155-76.
- Liulhier, Louise A. 1996. "Autoritarismo e formação democrática na universidade pública: uma pesquisa com estudantes de graduação". Psico, PUCRS, 28(2), jul/Dez. (no prelo).
- López-Maya, Margarita e Calcaño, L. G.. 1987. "Crisis y concertación en Venezuela: dos conjunturas históricas". In: Dos Santos, Mario. Op. cit.
- Mettenhein, Kurt von, 1992. «Democratic theory and public opinion in Latin American». LASA Congress, LA, Sept. 24-27. 27p.
- Moisés, José Alvaro. 1995. Os brasileiros e a democracia. Bases sociais da legitimidade democrática no Brasil. São Paulo: Atica.
- Monroe, Keith R. (org.) 1991. The Economics Approach to Politics, New York: Harper Collins Publ.
- Morse, Richard, 1988. O Espelho de Próspero. São Paulo: Cia das Letras.
- Munck, Gerardo. 1996. "Disaggregating political regime: conceptual issues in the study of democratization". Kellogg Institute Working Paper, 228.
- Muszinski, J. e Mendes R.M.T. 1990. «Democratização e opinião pública no Brasil», in Lamounier, Bolivar et al. De Geisel a Collor: O balanço de transição. São Paulo: Sumaré.
- Neuman, W. Russell. 1986. The Paradox of Mass Politics. Knowledge and Opinion in the American Electorate. Cambridge Mass: Harvard University Press.
- Nevitte, Neil e Gibbins, Roger. 1990. New elites in old states. Ideologies in the anglo-american democracies. Toronto: Oxford Univ. Press.
- O'Donnell, G., Schmitter, P. e Whitehead, L. (Orgs). 1986. Transitions from authoritarian rule, Baltimore: The Johns Hopkins Univ. Press.
- O'Donnell, Guillermo. 1991. «Democracia Delegativa?». Novos Estudos CEBRAP, 31, p.25-40.

- O'Donnell, Guillermo. 1996. "Another institutionalization: Latin America and Elsewhere". Kellogg Institute Working Paper. 222.
- Parsons, Talcott. 1951. The Social System. New York: Free Press.
- Pateman, Carole. 1971. "Political culture, political structure and political change", British Journal of Political Science. 1, p.291-305.
- Pieper, Richard e Schneider, Michael. 1990. «New Age vs. New Regionalism. Comparing values of two 'anti-modernistic' ideologies in modern society». ISA Congress, 2 de julho, Madrid. 18p.
- Ponte, Victor Manuel Durand, 1994. «La larga duración del autoritarismo del sistema político y su lenta transición a la democracia: el papel de la cultura política». Seminário Democratização e Opinião Pública: Um Enfoque Comparativo. USP, 28 a 30 de novembro, 37p.
- PREALC (Org.), 1988. Política Económica y Actores Sociales. La Concertación de Ingresos y Empleo. Santiago.
- Przeworski, Adam. 1986. "Some problems in the study of the transition to democracy". in O'Donnell, Schmitter e Whitehead (Orgs.), Op.cit.
- Przeworski, Adam. 1991. Democracy and the Market: Political and Economic Reforms in Eastern Europe and Latin America. Cambridge: Cambridge Univ. Press.
- Przeworski, Adam. 1992. «Games of Transition», in Mainwaring, S. O'Donnell, G. y Valenzuela, S. (Orgs.). Issues in Democratic Consolidation. Notre Dame: Notre Dame University Press
- Pye, Lucian W. 1990. «Political science and the crisis of authoritarianism». American Political Science Review, 84:3-19.
- Rabkin, Rhoda. 1994. «The lessons of Chile: Economic expertise, social learning, and the consolidation of market reforms». LASA Congress, Atlanta, march 10-12. 32p.
- Ranis, Peter. 1991. «View from below: working-class consciousness in Argentina», Latin American Research Review, 26(2): 133-156.
- Rawls, John. 1982. Uma teoria da justiça. Brasília: Ed. da UnB.
- Rawls, John, 1993a. Political Liberalism. New York: Columbia University Press.
- Rawls, John, 1993b. «The law of peoples», in Stephen Shute e Susan Hurley (Orgs.). On Human Rights. New York: Basic Books.
- Reis, Fabio W. 1984. «Política e Racionalidade: Problemas de teoria e método para uma sociologia 'crítica' da política». Revista Brasileira de Estudos Políticos, 37 (edição especial).
- Reis, F. Wanderley. 1988. «Identidade, política e a teoria da escolha racional». Revista Brasileira de Ciências Sociais, 3(6), p.26-38.

- Remmer, Karen L. 1990. "Democracy and economic crisis", *World Politics*, 42(3):315-35.
- Rochon, Thomas R. e Mitchell, Michael J. 1989. «Social bases of the transition to democracy in Brasil», *Comparative Politics*, April, p.307-22.
- Santiso, Javier, 1993. «La démocratie incertaine. La théorie des choix rationnels et la démocratisation en Amérique Latine», *Revue Française de Science Politique*, 43(6), dezembro, p.970-93.
- Santos, Fabiano Guilherme dos, 1994. «Teoria das Decisões Legislativas: Microfundamentos do Clientelismo Político no Brasil», Tese de Doutorado, IUPERJ.
- Santos, Wanderley G. dos, 1987. *Crise e castigo: partidos e generais na política brasileira*. Rio de Janeiro: IUPERJ/Vértice.
- Schedler, Andreas, 1992. «Condiciones y Racionalidades de la Concertación Social. Una Revisión del Debate Latinoamericano». Doc. de Trabajo, Serie Estudios Sociales, n.23, Santiago. FLACSO, 90p.
- Scherer-Warren, I. e Kruschke, P. J. (Orgs.). 1987. *Uma revolução no cotidiano?* São Paulo: Brasiliense.
- Seligson, Mitchell A. 1983. «On the measurement of diffuse support: some evidence from Mexico». *Social Indicators Research*, 12:1-24.
- Seligson, Mitchell A. et al. 1992. «Who votes in Central America? A comparative analysis». *LASA Congress*, LA, Sept. 24-27, 28p.
- Shugart, Matthews. 1994. «The effects of timing of elections for President and Assembly», in Mainwaring, S. Shugart, M. (Orgs.). *Presidentialism and Democracy in Latin America*. Notre Dame: Notre Dame University Press.
- Slater, David, 1994. "Exploring other zone of the post-modern: problems of ethnocentrism and difference across the North-South divide", In A. Rattansi e S. Westwood (Orgs.). *Modernity, Identity and Racism: in the Western Front*. Londres: Polity Press.
- Soares, M. R.e Cheibub, Zairo Borges. 1996. "Instituições e valores: as dimensões da democracia na visão da elite brasileira", *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 31:83-116.
- Storey, John. 1993. *An introductory guide to cultural theory and popular culture*. London: Harvester/Wheatsheaf.
- Szbercascaux, B. 1991. "Política y cultura - desencuentros y aproximaciones". *Nueva Sociedad*, 116:138-145.
- Tano, Susan. 1986. «Authoritarianism and political culture in Argentina and Chile in the mid 1960's». *Latin America Research Review*, 21(1):73-98
- Tironi, Eugenio. 1987. "Una economía mixta de concertación: ¿alternativas para Chile?" in Dos Santos, Mario. *Op.cit.*

- Turner, Frederick C. e Cilly, M. C. de. 1993. «Equality and democracy». *International Social Science Journal*, 136, May: 271-83.
- Verba, Sidney e Nie, Norman H. 1972. *Participation in America*. New York: Harper and Row.
- Welch, Stephen. 1993. *The Concept of Political Culture*. New York: St. Martin's Press.
- Westholm, Anders e Niemi, Richard G. 1992. «Political institutions and political socialization: a cross-national study». *Comparative Politics*, 44(1):49-80.
- Wielhouwer, P. W. e Regens, J. L. 1993. «Political Parties as transaction Cost Minimizers». APSA Congress, Sept. 2-5, Washington DC, 19p.
- Wiarda, Howard J. (Org.). 1992. *Politics and Social Change in LA. Still a Distinct Tradition?* 3.ed. Boulder: Westview.
- Wilson, Richard, 1992. *Compliance Ideologies. Rethinking Political Culture*. New Haven: Cambridge Univ. Press.
- Zabludovsky, Gina, 1989. «The reception and utility of Max Weber's concept of patrimonialism in Latin America». *International Sociology*, 4(1):5-66.